

A ESCOLA COMO PATRIMÔNIO: UM RECURSO PARA ESTUDO DA HISTÓRIA LOCAL

Aluska Karla Alves Bezerra

Aluna graduando o curso de História da UEPB Campus I

aluska_karla@hotmail.com

Maria Lindaci Gomes de Souza

(Orientadora) Doutora em educação, professora do curso de História da UEPB Campus I

mlgsouza26@hotmail.com

Entendendo a necessidade de formação de uma consciência de preservação do patrimônio histórico e cultural local para o desenvolvimento crítico a cerca de nossa história, a Universidade Estadual da Paraíba, através da Pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC), juntamente com o curso de História, busca trabalhar a educação patrimonial partindo do próprio ambiente escolar, uma vez que a premissa de o sujeito não reconhecer-se no patrimônio mostrou-se como principal obstáculo às praticas preservacionistas e valorativas por parte da comunidade escolar, bem como da população local. Sendo assim, a proposta para o projeto a ser realizado em sua segunda edição redireciona o olhar para seu ponto de partida com o objetivo de sensibilizar a comunidade para o re(conhecimento) de seu ambiente escolar como patrimônio, visando fortalecer sua ligação com heranças culturais local. O desenvolvimento do referido trabalho se dará inicialmente de maneira expositiva com palestras, por conseguinte, mini-cursos, oficinas de produção de textos e, por fim, com a realização de uma amostra das atividades desenvolvidas pelos discentes.

Palavras chave: patrimônio, escola, história local

Introdução

A preservação do patrimônio histórico é vista hoje, prioritariamente, como uma questão de cidadania e, com tal, interessa a todos por se constituir em direito fundamental do cidadão e esteio para a construção da identidade cultural.

A preocupação com a preservação da memória histórica e, por extensão, do patrimônio cultural é fenômeno que vem caracterizando neste final de século e milênio.

A maior parte dos bens patrimoniais que temos preservados provem de ações isoladas, ou seja, de colecionadores que selecionam o salvaguardo a partir de interesses próprios bastante

específicos, é o que Carlos Lemos define como guardiães de seus Patrimônios Setoriais ou patrimônios de classes. É da necessidade de preservação do conjunto completo de bens, qual seja, casa de uma rua ou monumentos de uma cidade, caracterizados como “pedra e cal” que surgem as entidades oficiais públicas ou fundações para zelar pelo Patrimônio Histórico e Artístico. De acordo com a compartimentação de nossa sociedade a preservação se apresenta de maneira fragmentada, segundo os interesses particulares, o que nos faz perceber que nunca houve ações coletivas, com interesses variados, porém, em conciliação à gestão de um único patrimônio, a partir de uma visão global, foi então graças a ações particulares e isoladas que tivemos artefatos, dos mais variados para estudioso de hoje ou, para o caso das importantes construções, sua conservação foi garantida pelos seus mandantes

No Brasil, onde a máxima de ser um “país sem memória” constitui uma idéia já cristalizada. A idéia de patrimônio e preservação no Brasil sofreu mudanças desde quando foi pensada. A independência do Brasil trouxe para os brasileiros do século XIX a necessidade da formação de uma identidade nacional foi criado, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que tinha como uma das principais funções a coleta e a publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica. Neste sentido iniciativas que optam por trabalhar com a temática da memória e de sua materialização através dos bens consubstanciados no patrimônio histórico, devem ser louvadas e apoiadas. Temos uma realidade de quase inexistência de projetos voltados para a educação patrimonial de modo geral. Apesar disso, desde os anos 90 o cenário da preservação patrimonial vem se modificando com a incorporação de novos conceitos e a consolidação da Educação Patrimonial. Em 1999 é publicado o Guia Básico de Educação Patrimonial que, juntamente com os Parâmetros Curriculares Nacionais, serviria como referencial para a realização de projetos voltados para este tema. São utilizados exemplos de projetos que já aconteciam em diversos lugares do país para que fosse adaptado de acordo com a realidade de cada lugar. Mas o que ocorre é um desconhecimento por parte das escolas com relação a esse Guia, pois ele é pouco visto e utilizado.

O patrimônio histórico no contexto escolar

O presente projeto objetiva, pois, discutir questões relacionadas com a possibilidade de se trabalhar com os bens culturais do patrimônio histórico em escolas públicas de ensino fundamental, da cidade de Campina Grande, a fim de estimular nos alunos, o senso de preservação da memória-social coletiva, como condição indispensável à construção de uma nova cidadania e identidade. O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do

seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania

Considerando que a Universidade e em particular a Extensão tem um papel fundamental nesse processo de construção, de informação e de troca de saberes, é ela em última instância o locus privilegiado para o exercício e a formação da cidadania. Processo esse que se traduz pelo valor atribuído ao papel da memória, e também do conhecimento e valorização dos elementos que compõem nosso patrimônio cultural.

Assim, ao socializarmos o conhecimento historicamente produzido e prepararmos as atuais e futuras gerações para construção de novos conhecimentos, a academia estará cumprindo seu papel social.

A discussão sobre o que se pode caracterizar como patrimônio histórico e cultural, na comunidade acadêmica, passa por um processo de ressignificação que exige dos educadores uma nova postura frente a essa questão. Trata-se especificamente da ampliação conceitual do que hoje se entende por patrimônio histórico e cultural.

Os órgãos responsáveis pelo tombamento, um dos principais meios de preservação da atualidade relacionam vários tópicos com a memória local. Por isso mesmo não se tornam exigentes o suficiente na catalogação de seu patrimônio tombado, tornando-se tudo precioso para a história local, correndo-se o grave risco de como atestado por vários autores, tornarem-se as cidades grandes museus inertes e sem vida. Contudo, indagaríamos qual seria a relação dos agentes sociais, ou seja, dos moradores da população local com os monumentos de seu bairro e de sua cidade? É marcante na Constituição Federal de 1988 a intenção do constituinte em ressaltar a importância da proteção do patrimônio cultural nacional, indicando a obrigação do Estado em garantir o pleno exercício dos direitos culturais, bem como, garantir o acesso às fontes da cultura nacional. Aspecto importante na proteção constitucional ao patrimônio cultural nacional é o fato da participação da comunidade, juntamente como o poder público, no desempenho das formas legais de proteção.

O que se percebe é que nas políticas de preservação atuais, há uma valorização patrimonial entre os altos escalões do planejamento urbano, contudo a população permanece alijada desse processo. O presente projeto prevê ações de tratamento de informações acerca da preservação do patrimônio nas comunidades. O projeto envolve o repensar das práticas de educação patrimonial objetivando discutir e avaliar as práticas educativas desenvolvidas nas escolas públicas. Nesse sentido, constatamos um profundo hiato, entre o cotidiano social destas populações e o que se discute nos simpósios temáticos, nos fóruns da academia, na sala de aula e as formas de conhecimento popular no que diz respeito ao entendimento do que representa o patrimônio cultural de preocupação por parte de todos. A discussão em torno da temática Patrimônio Cultural, ainda recente no Brasil, principalmente no âmbito da escola pública ainda está praticamente ausente no processo de ensino-aprendizagem da disciplina História. Desta

forma, a escola desempenha um papel fundamental, não só enquanto formadora de opinião, mas especificamente como lócus para formação da cidadania. Neste sentido, consideramos de suma importância desenvolver estratégias para levar o aluno a valorizar e conhecer os bens culturais e o patrimônio cultural, com o intuito de possibilitar, através do processo educativo, o despertar da consciência dos jovens para a conservação do que é seu.

O desenvolvimento deste trabalho é relevante para o fortalecimento das ligações entre os educandos e suas heranças culturais, auxiliando-os a compreender o valor de seus bens históricos e artísticos fazendo com que valorizem ainda mais a preservação dessa herança, fortalecendo sua identidade. O público-alvo é oriundo, em sua maioria, de moradores de comunidades carentes na cidade de Campina Grande, enfrentando, portanto diversos o problemas sociais como a violência, a exclusão e o desemprego, tendo em comum apenas a idéia da escola como um lugar de refugio e segurança onde se deposita a esperança de um futuro melhor. Deste modo, não tinham acesso aos bens patrimoniais por questões sociais. A nossa proposta se revalida por entendermos que são necessárias políticas publicas claras, que facilitem a expansão de novos espaços públicos voltados à cultura e ao lazer. Deve-se favorecer o acesso das populações de baixa renda aos bens culturais de reconhecido valor artístico, como os espetáculos de música, dança e teatro, filmes e mostras de artes plásticas. Hoje usufruem esses bens apenas os ricos e gente de classe media, que podem pagar por isso. A vida pode tornar-se melhor também se houver maior diálogo e interação entre as praticas culturais e as da educação.

História e Memória

Em relação à discussão que trata da memória como momento de rememoração, dialogaremos com os idosos do bairro onde a escola está inserida, no sentido de tornar testemunho as narrativas fundamentadas através da vivência de um tempo que já se foi. Para fundamentar as discussões, estaremos trabalhando com os estudos empreendidos por Maurice Halbwachs (1990) que contribuiu definitivamente para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória. Segundo o autor o indivíduo carrega em si a lembrança, mas essa sempre está interagindo com a sociedade, grupos e instituições. É no contexto nessas relações que, através de uma rede cultural e social, os idosos construirão suas lembranças. Desta forma, a rememoração individual se faz na tessitura das memórias dos diferentes grupos com que nos relacionamos. São lembranças que se alimentam das diversas memórias oferecidas a que o autor denomina “comunidade afetiva”. A discussão sobre o que se pode caracterizar como patrimônio cultural, na comunidade acadêmica, passa por um processo de ressignificação que exige dos educadores uma nova postura frente a esta questão. Trata-se especificamente da ampliação

conceitual do que hoje se entende por patrimônio histórico cultural. De acordo com CHOAY (2001) em seus escritos sobre patrimônio como monumentalização, entendido como tudo aquilo que denota ou pode identificar um momento de rememoração e de lembrança. Neste sentido estamos nos guiando pelo conceito de patrimônio conforme destaca CHOAY, a noção de patrimônio assim como a de monumento veio se modificando ao longo dos séculos e passou do status de antiguidade, no século XV, para sofrer o — complexo de Noé nos dias atuais. Afinal, tudo tem ou obtém algum motivo para ser preservado para as populações vindouras.

O monumento é tanto uma herança do passado como também uma escolha do historiador, justamente por representar um testemunho das sociedades históricas assim como um documento é um documento por conter expressões de uma determinada época e local. Um monumento se legitima através do esforço da sociedade em passar para as gerações futuras parte de sua memória. Nesta perspectiva, é a memória dos habitantes da cidade que hoje se encontra relegada enquanto referencial histórico, que faz com que se os idosos se tornem portadores através da sua própria história de vida, de suas experiências sociais e vivências cotidianas, de uma história que pode ser rememorada através das lembranças. O historiador Ricardo Oriá assinala que atualmente se preserva um bem cultural não só pelo seu valor estético, arquitetônico ou histórico. Ele é preservado se tem significação para a comunidade em que está inserido e se essa preservação possibilita a melhora da qualidade de vida de seus moradores e contribui para a construção de sua identidade cultural e o exercício da cidadania. Neste sentido, concordamos com Oriá quando afirma que a memória é imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha.

Constitui-se uma de nossas preocupações, investigarmos os espaços de apropriação e as relações que seus habitantes estabelecem com o patrimônio histórico e cultural da cidade. Rolnik, assim se pronuncia dizendo que a arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social: quando os cortiçados transformam o palacete em maloca, estão ao mesmo tempo, ocupando e conferindo um novo significado para um território, estão escrevendo um novo texto. É esta dimensão que permite que o próprio espaço da cidade se encarregue de contar sua história

É imprescindível que a população e os governos se conscientizem da relevância da preservação cultural para o bem-estar próprio de seus descendentes. Com essa compreensão destacamos a necessidade da educação patrimonial, como estratégia para que as atuais gerações possam concretizar essa nova visão e, por conseguinte, materializar os novos conceitos de patrimônio. Desta forma, a proposta básica deste projeto na primeira etapa é desencadear um processo de reflexão do alunado da escola pública em relação ao patrimônio histórico e cultural, com ações educativas voltadas para a preservação do patrimônio cultural da sua escola e dos bairros em que essa escola está inserida na cidade de Campina Grande. A violência que atinge o mundo dos jovens na contemporaneidade é refletida nos espaços por eles ocupados (escolas, e bairros) através de atos de vandalismo como pichar paredes de prédios públicos, danificarem

orelhões, equipamentos de segurança, instalações hidro-sanitárias e elétricas. O objetivo principal deste projeto é complementar a formação do estudante, para que este venha a ser um agente formador de opinião e modelo de cidadão consciente quanto à preservação do patrimônio cultural de sua comunidade. Essa discussão perpassa apenas o nível teórico pelo debate entre arquitetos e historiadores, sem que haja uma preocupação básica com a participação daqueles que se caracterizam como verdadeiros atores sociais (moradores) que deveriam ser os guardiões sociais da memória histórica.

Objetivando discutir e avaliar as práticas educativas desenvolvidas na escola pública da cidade de Campina Grande. A escolha da escola como lócus para a concretização do projeto é decorrente do fato de que a mesma é concebida como espaço de construção e consolidação da memória social e patrimonial.

Nossa preocupação enquanto educador foi basicamente refletir sobre as concepções de patrimônio histórico de cultural, na academia, usando como principal estratégia a Educação Patrimonial. Com este intuito elaboramos um Projeto de Extensão intitulado — A Cidade Visível e a cidade invisível: Memória e educação patrimonial no contexto escolar, que será desenvolvido através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC) em escolas públicas do ensino médio da cidade de Campina Grande/PB. O projeto piloto teve início no segundo semestre de 2007 com as primeiras aproximações da aluna bolsista e o contato inicial com professores de História que têm interesse em trabalhar com essa temática.

Dessa maneira propomos para segunda etapa desse projeto trabalhar elementos que fizessem parte do cotidiano do aluno e da memória, até mesmo pessoal. Pretendemos ensinar ao aluno o que é patrimônio a partir da própria escola dele com o resgate da história e memória da escola, através de pesquisas realizadas dentro e fora da escola abrangendo outras disciplinas além de História e Educação Artística, por que compreendemos que grande parte desta desvalorização da História se deve a falta de interdisciplinaridade existente na escola. Por fim pretendemos tornar os alunos capazes de compreender o que é patrimônio e preservação e também torná-los aptos a passar informalmente o que aprenderam durante a realização do projeto. Visamos apresentar ao aluno a importância do patrimônio, do ponto de vista histórico, arquitetônico e cultural, despertando o interesse dos alunos por este patrimônio e a partir daí formar uma consciência de preservação. Promover um resgate da memória da escola junto com alunos e professores para trazer à compreensão do aluno a importância que a escola tem na comunidade. Para tanto, proporemos a realização atividades lúdicas envolvendo desenhos do prédio da escola, ou procurando saber que pessoas da família do aluno estudaram naquela escola e em que época, realizar pesquisas que resgatem um pouco do histórico da escola e que busquem relacionar o prédio com outros prédios existentes na cidade. Como incentivo aos alunos nas realizações das tarefas prevemos a realização de uma exposição dos melhores trabalhos ao final da execução do projeto.

Desse modo, buscamos capacitar os alunos na compreensão da importância de seu patrimônio local, que seja capaz de contribuir para a preservação de seu meio ambiente e que julgue importante passar o seu conhecimento, embora informalmente, para seus amigos e familiares. Espera-se também que a prática se torne comum nas escolas e que a preocupação com o patrimônio se estenda para além da escola junto à comunidade como um todo. Pretendemos permanecer com o objetivo último da ação educativa que é preparar o jovem para a vida plena da cidadania. Supõe-se nisso formar um cidadão crítico, consciente e participativo, capaz de compreender a realidade em que vive. A construção da aprendizagem é o intuito que permeia esse projeto.

O estudo da História Local

Vivemos em uma sociedade onde a globalização tende a gerar a desvalorização das localidades em detrimento de uma história geral, o que se percebe é uma carência com relação a temática, onde a mesma parece não encontrar espaço no cotidiano da prática escolar. O ensino de história local é pertinente como ferramenta para o processo de formação crítica dos indivíduos. Esse tipo de história se aproxima mais do dia-a-dia do aluno, de modo a possibilitar a compreensão de sua dinâmica social, e se perceber enquanto sujeito histórico. No século XX, período da chamada “Era Vargas”, instituiu-se uma política que visava estabelecer uma memória histórica nacional e patriótica no que se chamava ensino primário. Mas a proposta da inclusão da história local se fez pela Lei de Diretrizes Brasileiras, nos Parâmetros Curriculares Nacionais

Nossa proposta será dar voz aos esquecidos pela academia as pessoas comuns, ouvindo as experiências do homem, ademais como diz Certeau, aquele que é todo mundo é ninguém, as suas representações e a sua história de vida são narrativas que quando se tornam lembranças são permeadas do saber do prazer de poder reviver momentos de sociabilidade, sensações, sentimentos. Procederemos à leitura e a análise de livros que tratam da história da cidade de Campina Grande, do patrimônio e a seguir nos dedicaremos a colher depoimentos com pessoas que conviveram na comunidade em outras décadas.

Metodologicamente priorizamos o desenvolvimento de um processo participativo, no qual a comunidade também subsidiará as propostas, redefinindo ações sociais e educativas, segundo as demandas que nos são colocadas pela comunidade. Lançaremos mão de ferramentas educativas como histórias em quadrinhos, charges e cartuns, paródias, músicas e literatura de cordel que possam contribuir com o enriquecimento e a discussão do patrimônio histórico e cultural.

Vivemos em uma sociedade onde a globalização tende a gerar a desvalorização das localidades em detrimento de uma história geral, o que se percebe é uma carência com relação à temática, onde a mesma parece não encontrar espaço no cotidiano da prática escolar. Sendo

assim, o ensino de história local é uma importante ferramenta para a formação de uma identidade e visão crítica do indivíduo. No Brasil temos uma tradição historiográfica pautada no eurocentrismo, marcado pela linearidade e por vultos históricos, além do que o ensino de história, desde sua instauração também esteve marcado pelos interesses do poder no intuito de instituir uma identidade nacional que o legitimasse. Desse modo, a história é apresentada de maneira a dar visibilidade apenas a classe dominante, isto é, uma história das elites, onde o sujeito dito popular não se reconhece em tais narrativas, tendo suas experiências silenciadas.

As mudanças ocorridas no âmbito educacional vieram acontecer na década de 50 do século XX contemplando somente a redistribuição dos conteúdos permanecendo, porém, a idéia central de fortalecimento do espírito nacionalista que primava pelos grandes feitos de “grandes homens”. Posteriormente tivemos o período de ditadura militar, onde a rigidez e a educação cívica foram a linha seguida pela disciplina com o intuito de embutir na população os valores cívicos e patrióticos. Já na década de 80 surgem os PCN's e entre suas propostas aparece a idéia de estudo da história através de conceitos provenientes dos alunos, lhes destacando como atores sociais, o que vinha a quebrar com toda uma tradição histórica de silêncios em relação às classes populares, evidenciando agora sua historicidade. O século XX é marcado por movimento político mundial de preservação do Patrimônio Cultural de tal modo que é certo dizer, hoje, que a preservação da identidade popular é uma das funções do Estado e um dever de toda sociedade.

No que se refere ao ensino de história local, observam-se os mesmo silenciamentos, contando ainda com a escassez de materiais didáticos para sua explanação. Tal realidade revela a dificuldade enfrentada pelos professores nas abordagens, impossibilitando-os de compreenderem-se como construtores da história. Dessa forma, o ensino de História Local sofre as mais variadas inadequações, pois além de permanecer diluída nos estudos de história geral e assim apresentar-se como apêndice, anexo dessa estrutura, convive com o despreparo de alguns docentes sobre a temática, levando-os inclusive a ignorá-la. Temos ainda a limitação dispensada a essa discussão, uma vez que tal abordagem é direcionada apenas para o Ensino Médio por exigência desse conhecimento nas provas de vestibulares das universidades públicas no Estado.

Percebendo a deficiência nas discussões de História Local, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado elaborou um material direcionado ao primeiro ciclo do Ensino Fundamental, sobre o título: *Paraíba* e outro destinado aos alunos do segundo ciclo deste ensino intitulado: *Cartilha Paraibana: aspectos geo-históricos e folclóricos*. Todo esse material foi produzido na década de 1990 e segundo análise de alguns acadêmicos, os textos e as imagens contidas nessa produção reforçam as narrativas de caráter oficial. Em se tratando especificamente do segundo material, isto é, a Cartilha Paraibana, sua utilização no cotidiano escolar não é uma prática permanente apesar de ser um material mais conhecido pelos docentes e discentes.

A aplicação de novas técnicas são bem vindas com o intuito de resolver os problemas pedagógicos e os novos desafios com que se defrontam as nossas escolas neste século conturbado por mudanças importantes. Apesar disso alguns comportamentos estão arraigados no âmbito escolar, perceptíveis na dualidade de pensamentos. Muitos professores ainda seguem um alinhamento de pensamento na qual defendem que o aluno só aprende se estiver numa sala de aula escrevendo e ouvindo explicações conteudistas, outros já caminham com a idéia inovadora de que a educação e o ensino são processos dinâmicos e que necessitam de constante atualização, quebrando com uma linha arcaica de ensinar história.

Conscientes destas necessidades o projeto planeja, a priori, ir até as escolas ministrar os conteúdos necessários para que o aluno forme no mínimo o conceito de patrimônio e cultura, repassando as informações através de palestras ministradas pela aluna bolsista do referido projeto, bem como pela própria coordenadora do mesmo auxiliando os alunos no contato mais pessoal com a equipe de trabalho, fortalecendo um vínculo pessoal e coletivo. Num posterior encontro posterior às palestras, será exibido ao filme brasileiro "Narradores de Javé" que trabalha o conceito de patrimônio e, por conseguinte, para um maior contato pessoal com o patrimônio local se fará necessária a realização de aulas-passeio, para que os alunos possam ver de perto suas heranças culturais. Assim, serão proporcionadas visitas a alguns dos patrimônios históricos da cidade para dado comparativo com a idéia de escola como patrimônio. Sabemos da grande importância que os bens materiais representam, porém, não se fará deles o grande destaque sob a cautela de não recair nos métodos positivistas.

No dizer de Circe Bittencourt o papel do ensino de história na configuração identitária dos alunos é um dos aspectos relevantes para considerar ao proporem-se estudos na história local. Então para afastar-se de cometer uma reprodução da história do poder local e das classes dominantes, é necessário que se identifique o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, das festas e etc. Com base nessas vivências é que iara se perceber que um bem material só pode ser preservado se ele tiver valor e significado para a comunidade na qual se está inserido. O patrimônio histórico seja qual for, deve ser reconhecido como um bem cultural essencial para a comunidade.

Pautamo-nos nas indicações de que devem ser usadas todas as estratégias necessárias para atingir os objetivos propostos: aulas expositivas, debates, leituras, vídeos, pesquisas, entrevistas, e outras. O conhecimento construído vai sendo sistematizado no decorrer das ações, assim como as habilidades vão sendo desenvolvidas. As crenças, os valores e as representações vão sendo ressignificados.

Na interação entre os alunos e os proponentes do projeto, esperamos que ocorra além da transmissão de conhecimentos bem como a troca de idéias, além disso, é preocupação nossa contribuir para o trabalho do professor titular em suas práticas educativas, uma vez que, por seus motivos diversos, acabam por distanciarem-se das discussões da história local por mais próximas

que lhe pareçam. Cabe ressaltar nossa intenção quanto ao zelo pela cultura local sem limitarmo-nos a isso, proporcionando um estudo mais envolvente e interativo, fazendo com que os alunos possam perceber-se como participantes da história, fazedores de sua própria cultura. Além disso, que adquiram capacidades intelectuais, como análise do objeto estudado, organização e apreensão de seus próprios registros visuais e orais. E num âmbito maior, trazer oportunidades especiais de construção de relações entre todos os envolvidos no projeto: professores, alunos e gestores.